

EDITORIAL

A produção científica no campo do direito, no âmbito da Sociedade de Educação Tiradentes, vem se consolidando fortemente nos últimos anos. E é nesse contexto que se situa a “Revista Interfaces Científicas – Direito”, que chega com galhardia à sua segunda edição.

Sua característica marcante é a interdisciplinaridade, que proporciona o diálogo constante do Direito com as demais ciências sociais, com as ciências naturais, com a medicina e com a bioética, o que é retratado tanto na correlação de temas dos artigos aqui publicados, quanto na diversificada formação dos seus mais variados autores. Nos artigos de Sandra Regina Oliveira Passos de Bragança Ferro e Vania Fonseca sobre as condições dos terminais de integração na região metropolitana de Aracaju/SE, de Tiago Mafra Lima e Paulo Henrique Burg Conti sobre a colisão entre a autonomia/dignidade do paciente e a liberdade reprodutiva da mulher na reprodução em paciente comatoso masculino e de José Rodrigo Correia de Souza sobre a inafastabilidade do conhecimento médico em determinadas decisões judiciais referentes à saúde suplementar, são exemplos do diálogo supramencionado.

A abordagem dos direitos fundamentais encontra especial atenção, notadamente, naquelas situações difíceis de conflitos entre direitos de igual dignidade. Este pode ser observado com profundidade, seja no texto mais abstrato e filosófico de Vivianny Kelly Galvão sobre a tensão entre o princípio da prevalência dos direitos humanos e o direito das minorias, presente a perspectiva do multiculturalismo, seja no texto de Ilzver Matos de Oliveira e Robson Cosme de Jesus

Alves, que discute mais concretamente a tensão entre o direito à liberdade religiosa das religiões de matriz africana e o direito à liberdade religiosa das religiões neopencostais, quem por meios de divulgação que utilizam, contrapõem-se às primeiras, tudo a partir de casos judiciais em que essa tensão é revelada.

Na mesma toada, as transformações radicais pelas quais vem passando o tradicional instituto jurídico da família são abordadas no texto de Rafael da Silva Santiago sobre o direito de família contemporâneo e a entidade familiar constitucionalizada. Numa abordagem bem atual sobre as temáticas dos novos direitos, não poderia faltar o comentário abalizado do direito ambiental, tarefa levada a efeito, com êxito, por Isabelle Dias Carneiro Santos, em seu artigo sobre a avaliação de impacto ambiental e a responsabilidade do Brasil ante a degradação do meio ambiente.

A perspectiva crítica de situações de intensa tensão institucional também está analisada, como se pode depreender do artigo de Maria Anita Araruna Corrêa sobre a judicialização da política e sua repercussão nas relações externas.

Com esse rico repertório, a “Revista Interfaces Científicas – Direito” mostra a que veio, consolidando a sua posição contributiva ao debate científico crítico e interdisciplinar e viabilizando, definitivamente, mais um importante espaço de credibilidade para a participação da comunidade acadêmica nacional.

Maurício Gentil Monteiro
Mestre em Direito – UFC
Conselheiro Federal da OAB